

**Universidade de Brasília**  
**Departamento de Economia**  
**Disciplina: Macroeconomia II**  
**Professor: Carlos Alberto**  
**Período: 1/2023**  
**P3**

1. Suponha uma taxa real de juros de 10%, crescimento real do PIB de 2% e a relação dívida pública / PIB de 100%.

Pergunta: qual terá que ser o superávit ou déficit primário do governo para que a relação dívida/PIB permaneça constante ?

Esta questão vale 2 pontos.

**Resposta: aproximadamente 7.84%.**

2. Assuma um consumidor vivendo por dois períodos (hoje,  $t_0$  e amanhã,  $t_1$ , quando o mundo acaba). Sua função utilidade é definida como:  $u(c_0, c_1) = \ln(c_0) + 0,96 \ln(c_1)$ . Considere que o consumidor possui renda constante  $y_0 = y_1 = 100$ . A taxa de juros é igual à taxa de preferência intertemporal do consumidor.

Determine qual vai ser sua poupança no período  $t_0$  e  $t_1$ .

(Esta questão vale três pontos)

**Resposta:  $S_0 = -15.8$  (aproximadamente), ou seja, despoupa ou se endivida em  $t_0$  e vai ter que fazer uma poupança de (aproximadamente) 16 em  $t_1$  ( $S_1 = 16$ ). Uma vez que a taxa de juros é igual à preferência intertemporal seus valores são de, aproximadamente, 4.17% ( $0.96 = 1/(1+i)$ ). O dívida em  $t_1$  vai ser  $15.8(1.0417) = 16.54$ , que vai ter que ser sua poupança nesse período, uma vez que o mundo acaba e não podem sobrar nem créditos nem débitos.**

3. Responda se as seguintes afirmações são Verdadeiras (V) ou Falsas (F). No caso de responder corretamente o aluno ganha um ponto. Desconto um ponto no caso da resposta não estar certa. Não ganha nem perde pontos no caso de não responder.

3.1. "Segundo a concepção ricardiana da dívida pública, uma redução nos impostos no presente financiado com dívida pública e sem alteração no padrão de gastos do governo deixa o consumo inalterado"

3.2. "De acordo com a equivalência ricardiana, o governo deveria financiar seus gastos por meio da emissão de dívida pública, pois desta forma não provocará uma redução do consumo privado."

**Resposta: V, F.**

4. Imagine um indivíduo que vive dois períodos ( $t_0$  e  $t_1$ ) e o mundo acaba. Ele não pode deixar nem créditos nem dívidas para a posteridade. Tanto  $t_0$  como em  $t_1$  ele tem um salário de 100. A Função de Utilidade é:

$$U = \ln(C_1) + \beta \ln(C_2)$$

onde:  $\beta = 0.6$ . O indivíduo é um agente maximizador de sua utilidade.

Para simplificar, vamos assumir que a taxa de juros é zero ( $i=0$ ).

Existe um governo que se financia cobrando um imposto de renda de 10%.

Perguntas:

- Assuma que não existe mercado de crédito nessa economia e, então, o indivíduo não se pode endividar. Calcule a Utilidade total. (um ponto)
- Imagine que sim existe um mercado de crédito (com taxas de juros zero, para simplificar). Calcule a Utilidade total. (dois pontos);
- Partindo da hipótese anterior (que existe um mercado de crédito) imagine que, em um primeiro momento, os gastos do governo, em cada período, são iguais aos impostos em cada período. Mas agora assumamos que o país tem um processo eleitoral em  $t_0$  e o governo não cobra mais impostos. Ou seja, suspende transitoriamente os impostos (em  $t_0$  não tem impostos) mas mantém o perfil temporal dos gastos. Sempre mantenha a hipótese que o mundo acaba em  $t_1$  e não se pode deixar para a eternidade nem dívidas nem créditos, sejam eles privados ou públicos. Calcule a Utilidade total. (3 pontos).

**Respostas:**

- No caso de não existir um mercado de crédito, o consumo vai ser igual em  $t_0$  e  $t_1$  (igual à renda líquida, 90). A utilidade, nesse caso, será de 7.1997;
- No caso de poder se endividar a distribuição do consumo intertemporal que maximiza a utilidade será de 112,5 de 67.5. Ou seja, o indivíduo fica endividado em  $t_0$  e reduz o consumo em  $t_1$ . A utilidade é de 7.296, maior que no cenário no qual não se poderia endividar;
- O gasto do governo, originalmente, era de 20 em cada período. Esse perfil de gastos é conservado mas, devido ao processo eleitoral, os impostos caem a 0 em  $t_0$ . Uma vez que não se pode deixar débitos para a posteridade, o governo terá que ter um nível de impostos de 20% em  $t_1$ , para compensar a redução dos impostos em  $t_0$ . A utilidade que vamos encontrar é igual à encontrada no item b). Ou seja, não altera o consumo. A política populista do governo é ineficaz em termos intertemporais.